AGÊNCIA SENADO

SINDICATOS

Senador Wilder dá parecer favorável ao fim da contribuição obrigatória

DINHEIRO NA CONTA

Marconi quita com municípios R$ 138 milhões em convênios da Saúde

ASSESSORIA/GOV. GO

CERRADO

www.wildermorais.com.br
facebook.com/wildermorais
instagram.com/wildermorais
twitter.com/wildermorais

Goiânia, SEXTA-FEIRA, 2 de dezembro de 2016

LANÇAMENTO DE NILO ALVES

Livro relata a verdadeira história da música goiana

Lançamento será no dia 6 de dezembro, às 20h, na Tenda Cici Pinheiro e Espaço Cultural Sílvio Bragato, em Goiânia

DIVULGAÇÃO

LIVRO

A história da música goiana

WELLITON CARLOS

A riqueza da música goiana há tempos pedia uma revisão de sua imensa produtividade. Formada inicialmente nos encontros noturnos de Pirenópolis, que chegou a ter dezenas de grupos musicais nos séculos 18 e 19, e principalmente nas atividades religiosas das igrejas, a base da música goiana se espalhou para diversos estilos e alcançou o universo popular durante as décadas de 1950, 1960 e 1970.

Jornalista com grande pegada musical [afinal é um cantor que arrebata públicos de diversas idades] e um verdadeiro produtor inquieto com as coisas da cultura, Nilo Alves lançará na Capital o livro "A Verdadeira História da Música Goiana".

Como seus shows e outras produções, a obra é de fôlego: "Não me contentei em 'googlar' como muitos. Fui nas fontes, entrevistei as pessoas. Fiz diferente", diz o escritor, hoje com grande atividade no Tocantins.

Nilo relata, por exemplo, a conversa que teve com Leo Jayme, um dentre vários citados em seu livro. Leo é um dos pioneiros do rock dos anos 1980. Chegou no Rio de Janeiro e abriu espaços para os jovens, caso de nada mais nada menos Cazuza e Barão Vermelho. Quem consulta a história sabe que o músico goiano marcou época, se transformando em um avatar daqueles tempos. Nilo disse que ele se emocionou ao relembrar o início em Goiás,

Conforme o pesquisador, o 'catatau' de 1,2 mil páginas registra para a história 150 músicos. Entre intérpretes, maestros e compositores, ele perfila uma história importante dos goianos e jamais contada com tamanho vigor e desenvoltura.

Nilo realiza uma verdadeira polifonia ao descrever como Maria Eugênia e Nila Branco, por exemplo, acabam por se inserir na história da música goiana. A polifonia é o mote: os cantores de MPB, os músicos eruditos, as bandas de baile, o pop, enfim, uma infinidade de melodias surge no livro.

Nilo cita outros tantos, como Odilon Carlos, João Caetano, Odair José, Angelo Máximo, Amado Batista e Lindomar Castilho, notadamente nomes de sucesso da música brasileira.

O apanhado de Nilo inclui também a música erudita, que ele fez questão de inserir dentro de sua pesquisa. O maestro José Eduardo Moraes, presidente do Centro Cultural Oscar Niemeyer, é um dos citados.

As cantoras líricas Ângela Barra e Honorina Barra, bem como a cria Marcelo Barra, passeiam pelo livro com histórias e narrativas emocionantes, que revelam, acima de tudo, como Goiás se construiu musicalmente através de uma rica diversidade.

Nilo diz ao "Cerrado" que precisou fazer escolhas, para delimitar o objeto da obra. Por isso, alguns segmentos, como a música sertaneja, precisaram abrir espaço (sem jamais serem esquecidos) para outros, como a citada música erudita e o estilo pop. A música sertaneja, aliás, merece um livro exclusivo, tamanha a diversidade de estilos e músicos que Goiás viu surgir e ainda hoje lança.

Orgulhoso da cria, Nilo Alves lançará "A Verdadeira História da Música Goiana" no dia 6 de dezembro, às 20h, na Tenda Cici Pinheiro e Espaço Cultural Sílvio Bragato, em Goiânia.

MERCADO

A música goiana [que em parte passa a ser também tocantinense quando surge o novo estado] é riquíssima em sua paleta de cores: os românticos com as cores mais carregadas – por exemplo – marcaram época. A tríade Amado Batista, Lindomar Castilho e Odair José, só para citar realmente três, imortalizaram o cancioneiro popular do país nas décadas de 1960 a 1980.

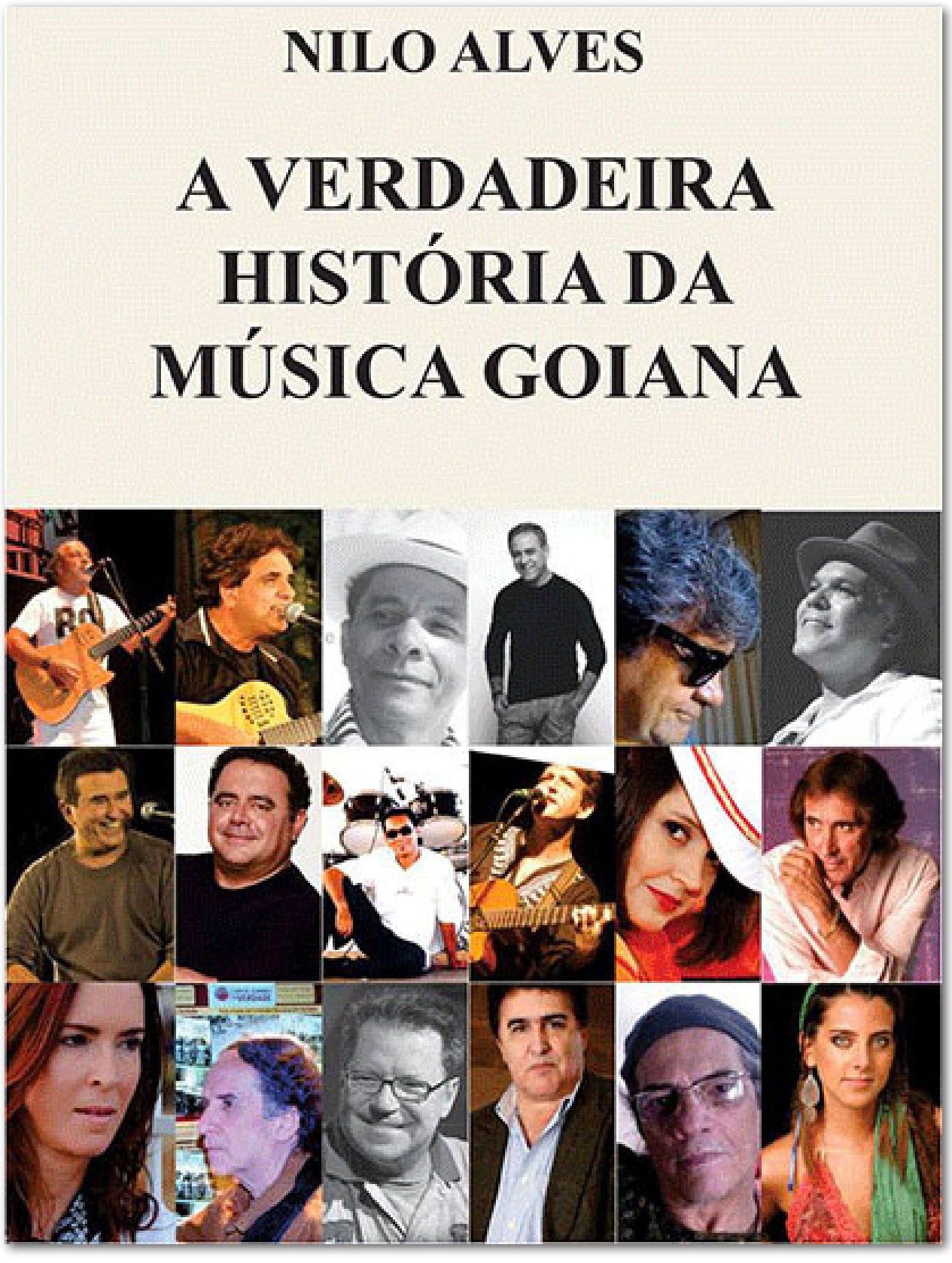
Uma das peculiaridades, informa Nilo, é que sua pesquisa valoriza uma vertente que costuma ser esquecida: a música de baile. O jornalista não ignorou o segmento que foi base para o desdobramento de bandas e artistas da década de 1970 e 1980.

Antes da produção própria, os artistas de talento passaram pelas bandas de baile, que marcaram época em shows e eventos culturais de Goiânia e interior.

Nilo registra, assim, um documento sem preconceitos — e que poderia ser ainda maior. Nada que impossibilite futuras novas reedições cada vez mais amplas e detalhadas.

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Orgulhoso da cria, Nilo Alves lançará "A Verdadeira História da Música Goiana" no dia 6 de dezembro, às 20h, na Tenda Cici Pinheiro e Espaço Cultural Sílvio Bragato, em Goiânia



CERRADO
Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília
Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia
Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor
Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem
Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos, João Carvalho, Wandell Seixas e Rafaela Feijó

Capa
Indaiá e cara-dourada

DIREITOS DO TRABALHADOR

Com parecer favorável do senador Wilder, contribuição sindical obrigatória pode ser extinta

JOÃO CARVALHO

AGÊNCIA SENADO

Wilder avalia e apresenta números que mostram que essa medida não significa o fim dos sindicatos

O senador Wilder Morais apresentou relatório favorável à aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao Projeto de Lei do Senado (PLS), de número 385/2016, de autoria do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que coloca fim na obrigatoriedade de pagamento da contribuição sindical, determinando que somente os profissionais que se filiarem ao sindicato deverão pagar o que para muitos é considera um 'imposto'.

Muitas são as críticas, especialmente dos trabalhadores, sobre essa contribuição obrigatória. Mesmo sem participar da vida orgânica de um sindicado, o trabalhador, de qualquer área, tem que pagar uma vez por ano.

De acordo com o projeto, além de não ser mais obrigatória a contribuição, os sindicatos deverão estipular a lista de profissionais filiados que deverão recolher a contribuição. Já os trabalhadores que forem filiados a mais de um sindicato deverão indicar para qual sindicato destinarão a contribuição.

No seu relatório, Wilder justificou o seu parecer com críticas à compulsoriedade do pagamento da contribuição. Segundo o relatório, com a revolução que vem ocorrendo no mundo do trabalho, "a maior parte dos entes representativos de trabalhadores e empregadores corre o risco de se tornar carcaças inúteis e parasitas do trabalho e dos resultados dos outros". O imposto sindical, por seu caráter compulsório, estimula esse comportamento leniente e desvinculado de resultados, aponta o documento.

Ainda de acordo com o relatório do senador Wilder Morais, inexplicavelmente mantida pela Constituição de 1988, a contribuição sindical devida aos sindicatos por aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais, não é tão decisiva para a sustentação financeira dos sindicatos mais representativos, mas pode estar mantendo, de modo artificial, entidades sem representatividade junto às suas categorias.

Segundo os últimos dados disponíveis divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992, 48,5% dos sindicatos tinham 30% de sua receita bruta proveniente da contribuição sindical; 8%, de 30 a 50%; e somente 12% dos sindicatos tinham mais de 50% de sua receita bruta proveniente do imposto sindical, revela o relatório do senador Wilder.

Seguindo com o relatório, o senador Wilder apontou que, infelizmente, as informações do censo de 2000, levantadas pelo IBGE, não foram suficientes para se ter um panorama completo sobre o impacto da contribuição sindical, em decorrência da baixa colaboração das entidades sindicais em responder aos questionários, motivo pelo qual o instituto não divulgou os resultados.

Com o projeto que pode ser aprovado pelo Congresso Nacional, colocando um fim à obrigatoriedade da contribuição sindical, o senador Wilder avalia e apresenta números que mostram que essa medida não significa o fim dos sindicatos. Pelas informações de 1992 do IBGE, constata-se que o sistema sindical não é tão dependente da contribuição sindical e, no caso de ser extinta, cerca de 12% dos sindicatos certamente não sobreviveriam, 8% seriam extintos ou teriam problemas para continuar atuando, mas cerca de 50% continuariam existindo.

"Como essa contribuição vem nutrindo sindicatos carentes de representatividade e, como tal, pouco fazem para a sociedade e seus representados, com certeza, nenhuma falta fariam se eles não sobreviverem sem os recursos advindos da contribuição sindical dos não filiados a sindicatos", aponta Wilder no relatório.

Não há dúvida que a manutenção da contribuição sindical nos moldes da legislação vigente contribui para a sustentação de um modelo hermético e centralizado, no qual as finanças dos sindicatos são garantidas pela renda certa vinda dessa contribuição. Por isso, cresce, inclusive no meio sindical, a convicção de que a extinção desse "imposto" pode ajudar a fortalecer o poder de representação dos sindicatos pela ampliação da coalizão, quer do ponto de vista da base territorial, quer do ponto de vista das atividades trabalhistas envolvidas.

Finalmente, o senador Wilder vaticinou no seu relatório que a faculdade de impor obrigatoriamente a todos os trabalhadores da categoria profissional interessada o pagamento de contribuição a um único sindicato não é compatível com o princípio de que "os trabalhadores devem ter o direito de filiar-se às organizações que estimem convenientes", disse o senador Wilder.

R$ 138,4 MILHÕES

Marconi quita repasses da Saúde com municípios

ASSESSORIA/GOV. GO

"Foi uma decisão arrojada do governador Marconi Perillo", avaliou o presidente da AGM

Em tempos de crise, com queda de receita e dificuldades para fecharem as contas de fim de ano, os prefeitos goianos tiveram, nesta quinta-feira, 1º, uma excelente notícia: o governador Marconi Perillo determinou a quitação de todos os repasses da Saúde. Já foram creditados nas contas das prefeituras, há dez dias, R$ 108 milhões e serão repassados este mês mais R$ 30,4 milhões, relativos a restos a pagar de 2013/2014.

"Foi uma decisão arrojada do governador Marconi Perillo", avaliou o presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), Cleudes Bernardes Baré. Também o presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre, reconheceu o esforço do governo estadual para ajudar os prefeitos a fecharem as contas dos municípios.

O governador disse ter determinado à secretária da Fazenda, Ana Carla Abrão, que desse prioridade à quitação de todos os convênios municipais, com recursos advindos do Fex (Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações), o que está sendo feito. "A ordem é quitar tudo", disse.

Na solenidade, o governador fez um cumprimento especial ao superintendente-executivo da Secretaria de Saúde, Halim Girade, que foi convidado esta semana, pelo ministro de Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, para assumir uma secretaria nacional que vai cuidar de políticas para crianças.

Ao falar no evento, o secretário de Saúde, Leonardo Vilela, explicou que 30 municípios receberam os repasses em dobro, porque conseguiram zerar os casos de dengue. Vilela destacou o excelente momento que vive a Saúde em Goiás, hoje referência para o País. Destacou que, só esta semana, dois ministros de Estado - Ricardo Barros (Saúde) e Osmar Terra (Desenvolvimento Social e Agrário) - vieram a Goiás para conhecer o Conecta SUS, uma plataforma digital que coloca Goiás como referência nacional em informatização.

No final da solenidade com os prefeitos, o governador Marconi Perillo os convidou para prestigiar, segunda-feira, a solenidade em que o Crer receberá da Organização Nacional de Acreditação a certificação ONA 3, "a excelência da excelência, o top das certificações hospitalares".

Participaram do encontro com os prefeitos o vice-governador José Eliton, os secretários Sérgio Cardoso (Articulação Política), Leda Borges (Cidadania), além de deputados estaduais e secretários municipais de Saúde.

SESSÃO TEMÁTICA NO SENADO

O senador Wilder Morais participou, nesta quinta-feira, 1º, de sessão temática no Senado convocada para debater a atualização da Lei de Abuso de Autoridade prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2016, que visa proteger direitos fundamentais dos cidadãos contra abusos de agentes dos três Poderes da República

Na sessão temática, o senador Wilder se encontrou com o juiz Sérgio Moro, que disse que a atuação do juiz na interpretação da lei e na avaliação de fatos e provas não deve representar crime

ROGÉRIO GRAXA

Um progressista no comando do 3º município do Estado no índice Firjan

JOÃO CARVALHO

Localizada a 480 quilômetros de Goiânia, a cidade de Chapadão do Céu, na Região Sudoeste do Estado, ficou na terceira posição do ranking consolidado do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), relativo ao ano de 2013. Essa importante conquista tem um nome: Rogério Pianezzola (Graxa), um gaúcho de Garibaldi e prefeito do PP (reeleito em outubro) e que adotou na sua gestão a política de somente gastar dinheiro público com despesas que realmente forem fundamentais para o bem-estar dos moradores de um dos municípios mais jovens de Goiás, foi emancipado em 1991.

Rogério Graxa adotou essa política, de contenção sistemática de gastos e controle de despesas, porque há anos vive a política do município e sabe das limitações orçamentárias, apesar de contar com uma boa receita. Ele foi vereador na primeira legislatura (1993/1996). Depois se reelegeu na sequência (1997/2000). Entre 2009 e 2012 foi vice-prefeito. Em 2012 se elegeu prefeito e, agora, conquistou a reeleição. "Sem controle do dinheiro você não consegue administrar e muito menos fazer obras", assegura o prefeito.

Apesar de contar com uma boa receita, de ter política de contenção de gastos, Rogério Graxa manifesta sua preocupação com o futuro. Segundo ele, oficialmente o município de Chapadão do Céu tem 8 mil habitantes. Mas, na verdade, são 15 mil moradores. E o grande problema, conforme prevê o prefeito, será com a Educação. "Essa é uma demanda importante que temos. Mas prevejo que, em 2017, vamos precisar de uma creche e de uma escola nova. E não teremos para atender a demanda", lamenta Graxa, que mora na região há 35 anos.

E os problemas, que Graxa relata para mostrar que os prefeitos não terão vida fácil, não param por aí. Ele diz que tem demanda para construção de uma rodoviária e mais 100 mil metros de pavimentação asfáltica na cidade. "Complicada a situação, mas não faremos corpo mole. Vamos buscar apoio para resolver", prevê.

No PP há mais de 15 anos, Graxa conta que o partido elegeu um vereador nas eleições de outubro, mas sua base na Câmara Municipal, com nove cadeiras, será de seis. Ele disse que um dos alentos da sua futura nova gestão será a parceria com o senador Wilder Morais, presidente do PP em Goiás. "Já conversei com o senador e vamos buscar apoio para atender às demandas de obras. Também vou buscar apoio do Governo do Estado", avisa.

Finalmente, o prefeito Graxa reforça que o segredo de sucesso de uma gestão está na capacidade do prefeito e secretários de entenderem que uma prefeitura é igual a uma empresa, onde não se gasta mais do que se arrecada. "Não pode ser diferente. Na nossa casa também é assim. Ninguém pode gastar mais do que ganha. Numa prefeitura então, nem pensar", orienta o prefeito Rogério Graxa.

Rogério Graxa em visita ao senador Wilder, em Brasília: "Não gastar mais do que ganha. Na prefeitura então, nem pensar"